

Congresso Feminista prossegue hoje na Fundação Gulbenkian

Paridade: Helena Roseta exige “um novo contrato social” para concretizar democracia

06.2008 - 19h58 São José Almeida

A exigência da construção de uma sociedade paritária, como forma de concretizar a democracia, foi hoje apontada como o objectivo a conquistar por Helena Roseta, vereadora na Câmara de Lisboa, ao intervir no debate sobre “Feminismos e poder político”, com a participação de Paula Teixeira da Cruz, Sónia Fertuzinhos, Helena Pinto e Heloisa Apolónia, um dos painéis de discussão que integram o Congresso Feminista, que decorre até sábado em Lisboa.

É preciso um novo contrato social, o contrato social sem as mulheres é incompleto. Liberdade, Igualdade, Fraternidade e Paridade”, defendeu Helena Roseta, que começou por manifestar o seu “orgulho” em estar presente num Congresso Feminista. Considerando que “o défice de representação de género é ilegítimo”, Roseta, que foi deputada à Assembleia da República, lembrou que este défice se deve à forma como são feitas as listas eleitorais partidárias. A este propósito lembrou que os jovens entram porque desenvolveram o seu aparelho partidário. E que a esta questão as quotas nas listas dão uma resposta.

Roseta sustentou ainda que a gestão do tempo em Portugal prejudica a participação das mulheres na política. E garantiu que é preciso saber qual o poder que as mulheres querem partilhar. “Será que o poder que eu quero é o que me querem dar? É para fazer? Ter meios? Ou para dar um lugar na lista?”

A questão do poder foi também referida por Paula Teixeira da Cruz, ex-dirigente do PSD e presidente da Assembleia Municipal de Lisboa, que frisou ser esta uma questão que “nunca é fácil de discutir”. Demonstrando a pluralidade dos feminismos e assumindo uma posição diferente de outras intervenientes, Paula Teixeira da Cruz fez questão de se afirmar “meritocrata” e contra as quotas, argumentando que há quem defenda já quotas na Universidade por os homens serem menos. Em jeito de provocação atirou: “É fácil defender a paridade onde não doi. (...) E onde dói? No órgão de condução do país, como é?” E defendeu que o caminho a fazer é pela educação: “Todos conhecemos o discurso da igualdade de género e depois o filho não faz o mesmo da filha.” Até porque, o mundo está em transformação, “a era do petróleo” está a acabar e as mulheres têm de “aproveitar para afirmar a igualdade”.

Contra a “abulia cívica”

Defensora das quotas assumiu-se a deputada do PS à Assembleia da República, Sónia Fertuzinhos. Esta lançou mesmo um desafio: que seja criado um movimento para que a lei da paridade seja cumprida pelos partidos nas próximas listas eleitorais legislativas autárquicas e europeias. A legitimidade das quotas foi, aliás, advogada por Ana Coucello, presidente da Plataforma

Portuguesa para os Direitos das Mulheres, que moderou o painel. Lembrando que as quotas são um mecanismo legal previsto nas convenções da ONU, Ana Coucello sustentou que “a ideia de que as coisas um dia vão mudar não passa de um apelo à abulia cívica”.

Sónia Fertuzinhos dedicou a sua intervenção a desconstruir estereótipos. E avançou com exemplos de como a opinião pública e “os partidos políticos são moldados pela lógica masculina”. Por isso as “mulheres têm dificuldade em renovar mandatos” e em entrar na política, além de que são feitas perguntas às mulheres na política que não são aos homens. Mas alertou para que a questão da falta de tempo não é real e garantiu que hoje na Assembleia há deputadas de fora de Lisboa com filhos que se organizam para estar em Lisboa cinco dias na semana. Fertuzinhos considerou ainda que a entrada das mulheres na política não é sequer uma questão de reconhecimento de mérito, porque “onde o mérito prevalece elas estão lá”. E defendeu que “não há democracia sem igualdade entre homens e mulheres, sem o equilíbrio entre as duas partes da humanidade”. Logo as quotas não chegam, há que criar uma dinâmica de envolvimento paritário idêntico aos países do norte da Europa, onde essa paridade é factor de desenvolvimento de acordo com as análises da ONU, sustentou Fertuzinhos.

Já Helena Pinto, do BE, defendeu um movimento feminista que influencie os partidos, que funcione como força de pressão e imponha uma agenda feminista nos programas partidários e eleitorais. E exemplificou: “Hoje ninguém se atreve a colocar o ambiente como um sector, é uma questão estrutural. Porque houve pressão. (...) O fortalecimento do movimento feminista vai obrigar a considerar os direitos das mulheres como factor estrutural.”